A Extensão Rural na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). 1948-1969

Rural Extention at Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). 1948-1969

Extensión Universitaria Rural en la Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). 1948-1969

Maria das Graças M. Ribeiro

RESUMO

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) é uma das mais importantes universidades no ensino de agronomia no Brasil. Esta Universidade nasceu da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV), a qual foi criada em 1926. Em 1948, a instituição tornou-se Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Desde as suas raízes, a instituição praticou a extensão rural, mas foi com a UREMG que esta atividade foi institucionalizada. Contribuiu para este fato um acordo entre o governo do estado de Minas Gerais e a American International Association for Economic and Social Development, visando o estabelecimento de um programa de crédito que deveria estimular a produção agrícola e outras atividades das comunidades rurais deste estado. A experiência neste programa fez da instituição pioneira em extensão rural no Brasil.

Palavras-chave: Extensão Rural; Universidade; Ensino Agrícola.

ABSTRACT

The Universidade Federal de Viçosa (UFV) is one of the most important universities in agricultural teaching in Brazil. This University was born from the Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV) which was created in 1926. In 1948, the institution became the Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Since its roots the institution has practiced agricultural extension, but it was with UREMG that this activity was institutionalized. It has contributed to this fact an agreement signed between the government of the state of Minas Gerais and the American International Association for Economic and Social Development for providing the establishment of a program of credit that would stimulate crop and livestock production and other activities to the rural community of this state. The experience in the program has made the institution pioneer in agricultural extension in Brazil.

Keywords: Agricultural Extension; University; Agricultural Teaching.

RESUMEN

La Universidade Federal de Viçosa (UFV) es una de las más importantes universidades en Brasil en la enseñanza de la agronomía. Esta Universidad tuvo su origen en la Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV), que ha sido creada en 1926. En 1948, la institución ha cambiado para llamarse Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Desde temprano, la institución ha practicado la extensión rural, pero esta actividad solo ha sido institucionalizada en UREMG. Ha con-
tribuído para este hecho un acuerdo firmado entre el gobierno del estado de Minas Gerais y la American International Association for Economic and Social Development con la finalidad de desarrollar un programa de crédito para incentivar la producción agrícola y otras actividades de las comunidades rurales en este estado. La experiencia en este programa ha hecho la institución pioneera en la extensión agrícola en Brasil.

Palavras-chave: Extensión Rural; Universidad; Educación Agrícola.

Introdução

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) reivindica-se pioneira entre as instituições de educação superior brasileiras no que diz respeito à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Não obstante sua qualidade nestas atividades, é possível afirmar que esta universidade destacou-se excepcionalmente, desde muito cedo, principalmente em razão das suas atividades de extensão.

O trabalho ora apresentado constitui uma tentativa de contribuição para a elucidação da história da extensão na UFV, tomando como objeto as atividades de extensão desenvolvidas pela antiga Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) que lhe deu origem. A investigação teve como eixo norteador a busca dos impactos produzidos sobre estas atividades pelos convênios firmados entre a UREMG e entidades norte-americanas, no período compreendido entre meados dos anos 1940 e final dos anos 1960.


De todo modo, o trabalho de extensão realizado pelas universidades não tem atraído, enquanto objeto de estudo, a atenção dos que têm se dedicado à análise dos problemas da educação superior em nosso país. Vários dos trabalhos existentes sobre o tema constituem relatos de experiência ou referem-se à realidade posterior à reforma universitária de 1968.


Para Freire (1971), extensão significa a ação de estender algo a alguém; no caso do extensionista, estender seus conhecimentos e suas técnicas.

Dados os fins deste trabalho – a extensão realizada por uma instituição universitária –, adotamos em nossas análises a perspectiva de Fagundes (1986), para quem a universidade sempre esteve comprometida com algum grupo ou classe social.

O autor critica a concepção de extensão como “modalidade de compromisso social da Universidade que se efetiva através da prestação de serviços, sobretudo dirigida aos ausentes da Universidade”, colocando como objetivo principal da extensão “a integração e a melhoria da vida das comunidades abandonadas e desintegradas” (FAGUNDES, 1986, p.109,110).

Assim, para Fagundes,

Foi à luz destas considerações que as práticas extensionistas da antiga UREM formalizaram aqui analisadas. Para tanto, foram utilizadas fontes primárias tais como atas de reuniões, regimentos, estatutos, cartas, jornais, fotografias e outros documentos, todos localizados no acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV.

Origens da extensão universitária e da extensão rural

As primeiras universidades nasceram a partir do século XII, tendo como função a transmissão do conhecimento mediante um ensino voltado para a formação e a reprodução dos quadros dirigentes. A partir do século XIX, na Alemanha, conferiu-se à universidade uma nova atribuição – a pesquisa.

No que diz respeito à extensão como atividade universitária, ela apareceria, pela primeira vez, na Inglaterra, alguns anos após a Revolução Industrial, em razão das pressões que eram exercidas sobre a universidade pelas “[...] camadas que não usufruíam de seus benefícios”.

Foi nesse contexto que a instituição começou “[...] a desenvolver algumas atividades para além de seus muros e de sua clientela tradicional [...]” (FAGUNDES, 1986, p.107).

No que se refere à extensão rural, as primeiras experiências de que se tem notícia desenvolveram-se nos Estados Unidos, vinculando-se ao desenvolvimento da agricultura, a partir da segunda metade do século XIX. Esta prática extensionista iniciou-se através das associações agrícolas, fundadas por fazendeiros que tinham a finalidade de discutir e buscar soluções para os problemas relativos à comercialização e ao aumento da produtividade de suas culturas e da pecuária. Nestas associações eram realizadas palestras, reuniões, feiras e concursos, visando um contato mais estreito entre os chamados farmers 2.

Neste mesmo período, começaram a ser instituídos os Conselhos de Agricultura, os quais, junto com as associações, promoviam conferências públicas e cursos de curta duração conjugados aos trabalhos desenvolvidos nos land grant colleges. Assim, em 1914, quando o governo norte-americano editou o Smith Lever Act, a extensão agrícola já estava em marcha (RIBEIRO, 2006).

De todo modo, sem as estações experimentais, criadas a partir de então, a história da extensão teria sido no máximo uma mera sombra do que se conheceu no século XX. (BOWMAN, 1962, p.537).

Na verdade, ao serem criados, os land grant colleges tinham em vista a aplicação prática do conhecimento para a vida das pessoas em geral, o que implicava levá-lo para fora do campus. Deste modo, tão logo inaugurados, muitos colleges começaram a organizar atividades extra muros que envolviam cursos de curta duração e visitas para demonstração nas fazendas. A solicitação por esses serviços avolumou-se, levando alguns professores a produzirem artigos para jornais e boletins, além de continuarem frequentando os encontros dos farmers. Logo estabeleceu-se nos land grant colleges a tripla função de ensino, pesquisa e extensão.

No Brasil, as primeiras experiências de Extensão Universitária de que se tem notícia apareceram com a Universidade de São Paulo. Não a universidade paulista criada por Fernando de Azevedo, em 1934, mas uma outra, fundada como sociedade civil, em 1911. A instituição reunia então dez escolas superiores profissionais e uma escola superior de filosofia, história e literatura. Esta última, inaugurada, em 1914, como Universidade Popular, não contava com um quadro regular de professores e estudantes. Suas atividades consistiam em conferências semanais.

2 Utilizamos a palavra na língua inglesa, na qual o termo refere-se a proprietários e trabalhadores rurais em geral, diferentemente da palavra fazendeiro de nosso idioma que está referida a grandes e médios proprietários.
abertas e gratuitas e em cursos dos mais variados tipos, desde que não voltados para propaganda política, religiosa ou comercial.

De existência efêmera, contudo, como quase todas as instituições universitárias no Brasil do início do século XX, a universidade paulista encerrou suas atividades em poucos anos.

Deste modo, no que se refere especificamente à extensão rural, são sempre apontadas como pioneiras as experiências desenvolvidas em Viçosa.

UREMG. Um breve histórico

A UREMG foi criada em 1948, tendo a sua origem na antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV). Inaugurada na Zona da Mata mineira, em 1926, pelo Presidente Arthur da Silva Bernardes, então presidente daquele estado, a construção desta Escola deveu-se a um decreto governamental que data na verdade de 1920.

A ESAV tinha entre as suas finalidades, definidas pelo seu Regulamento de 1926, a aquisição e a disseminação de conhecimentos “relativos à economia rural, em todos os seus graus e modalidades”, devendo para tanto formar “agricultores com conhecimentos científicos necessários à exploração racional do solo”; “administradores para os diferentes serviços públicos e particulares que se relacionem com a vida agrícola em geral”; “technologistas para as indústrias intimamente ligadas à agricultura”; “engenheiros agrónomos para os serviços de melhoramentos agrícolas”; “veterinários para exercício da medicina aplicada aos animais domésticos” e “professores para o ensino agrícola em todos os seus aspectos e especialidades”.

É interessante notar que a despeito de a ESAV ter sido concebida como instituição de ensino superior, a ela foi atribuído não só o papel de instituição de ensino para a formação de profissionais de nível superior, mas também, como apresentado com clareza em seu Regulamento, o papel de difundir conhecimentos relacionados à atividade agrícola “em todos os seus graus”.

Do mesmo modo, vale ainda notar que o ensino ministrado pela Escola deveria também ter “o intuito de educar a população agrícola do Estado em todos os assuntos pertencentes à vida rural e melhorar as suas condições moraes, mentaes e económicas, no mais breve tempo possível”.

As primeiras aulas na ESAV foram ministradas para os cursos elementar e médio. Somente em 1928 teve início o curso superior de agronomia, contando com nove alunos, que o concluíram, em 1931. A primeira turma de veterinária começou o curso em 1932, contando com oito alunos que o concluíram em 1935.

Dados os seus objetivos, o ensino, a pesquisa e a extensão sempre estiveram associados na Escola, entendendo-se a pesquisa como pesquisa aplicada, cujos resultados eram divulgados através do trabalho de extensão.

Concebida nos moldes dos land grant colleges, escolas superiores agrícolas norte-americanos, a ESAV teve, como seu primeiro diretor um especialista em ensino agrícola, contratado pelo governo de Minas Gerais junto ao governo dos Estados Unidos. Este especialista era o Dr. Peter Henry Rolfs, o qual chegou ao Brasil, em 1921, para coordenar os trabalhos de construção e implementação da Escola.

Rolfs se tornou uma espécie de patriarca da instituição. Ele vinha do Florida Agricultural College, onde era reitor desde 1915, sendo muito prestigiado no seu meio.

Rolfs conferiu à ESAV um dinamismo próprio à sua personalidade. A Escola logo ganhou projeção, no país e na América Latina. Alguns anos após o seu afastamento da direção

---

3 MINAS GERAIS. Decreto n. 7323 de 25 de agosto de 1926.
4 Idem.
5 Sobre os land-grant colleges como modelo para a ESAV, ver Ribeiro (2006).
da ESAV, em 1929, começaram, no entanto, os problemas na Escola.

Em meados dos anos 1930, as atas de reuniões da Congregação registravam as dificuldades da Escola; elas se referiam aos obstáculos para a aquisição de material, ao atraso no pagamento de professores e funcionários, a pedidos de demissão de professores e às dificuldades em novas contratações. Tais problemas que envolviam principalmente questões de ordem financeira não impediram o seu reconhecimento oficial pelo governo federal em 1935.

De todo modo, segundo relatos memoriais de ex-alunos e ex-professores da Escola, havia neste período muitos boatos afirmando que ela seria desativada, dando lugar a um quartel de polícia.

Em 1938, apesar da crise, foi criada uma Estação Experimental. A partir de meados dos anos 1940, foi se apresentando uma tendência de reversão daquela situação. Antes da transformação da ESAV em UREM, em 1948, a crise da instituição foi se dissipando.

A UREM foi criada pela lei n.272 de 13 de novembro de 1948. Esta lei estabeleceu que além de incorporar a antiga Escola Superior de Agricultura, a nova instituição contaria com a Escola Superior de Veterinária, que retornava a Viçosa após ter sido transferida para Belo Horizonte em 1943; com a Escola Superior de Ciências Domésticas, cuja criação era prevista naquela lei, e ainda com a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão, todos também com criação prevista pelo mesmo ato.

Com seus Estatutos aprovados em 1950, a UREM deveria, segundo os mesmos, desenvolver de forma conjugada suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Houve, desde então, um intenso processo de expansão e modernização da instituição, que se estenderia até o início dos anos 1970. Para os estudiosos (BORGES et. al, 2000; GOMIDE, 2000; LOPES,1998), esta teria constituido a fase de maior prosperidade na história da atual Universidade Federal de Viçosa.

Este processo vivido pela UREM, a partir do início dos anos 1950, teve também como cenário um projeto de modernização da produção agrícola para o país, o qual não deixava de ter relação com os investimentos de instituições norte-americanas na nossa unidade. Tal projeto atendia, em parte, interesses do governo norte-americano em sua estratégia de manter nosso país como economia agro-exportadora inserida de forma subordinada ao mercado internacional e como aliado político no contexto da Guerra Fria que se iniciava.

A Extensão na UREM

Desde os seus primórdios, quando estava ainda organizada como escola superior isolada (ESAV) a UREM tratou de oferecer os seus serviços aos agricultores não só do estado de Minas Gerais, mas de todo o país.

Vale notar que a ESAV desenvolvia um trabalho de contato direto junto aos agricultores da Zona da Mata mineira, realizando visitas dos professores com seus alunos às fazendas e ministrando cursos para pequenos grupos de agricultores que vinham à Escola.

A ESAV também difundia os trabalhos realizados através de publicações como jornais, boletins e revistas. Do mesmo modo, a Escola participava regularmente de exposições e feiras de amostras estaduais, nacionais e em outros países da América Latina, tendo organizado, a partir de 1932, a sua própria exposição anual, contando ainda, desde 1931, com a Exposição do Milho (COMETTI, 2003).

As constantes visitas de pequenos e médios proprietários rurais à Escola para cursos de breve duração acabou dando origem, em
1929, à “Semana do Fazendeiro”, evento que se inscreveu definitivamente no calendário da ESAV, perpetuando-se pela Universidade Federal de Viçosa que a realiza anualmente.

A finalidade original da Semana do Fazendeiro era, além da propaganda do trabalho agrícola da Escola, a transmissão de conhecimentos ali produzidos, vindo o agricultor receber orientações, nas suas estações experimentais, sobre como proceder em relação aos problemas enfrentados nas suas terras. Embora este caráter não tenha se perdido completamente, décadas mais tarde, o evento iria adquirir também o sentido de feira de agronegócios.


Este evento anual contou, por um breve período, com sua versão feminina – o Mês Feminino – criado possivelmente em razão da solicitação de mulheres fazendeiras que também compareciam aos eventos promovidos pela Escola.

Em 1939, foi criado o Departamento de Educação Rural, que tornou-se responsável pela organização de todas as atividades de extensão da ESAV.

Foi com a UREM, todavia, que a extensão praticada pela universidade de Viçosa teve o seu reconhecimento.

Em 1948, juntamente com a criação da UREM, foi aprovado o Regimento do seu Serviço de Extensão. Ele contaria com um corpo de especialistas constituído por conservacionistas de solos, zootecnistas, agrônomos, veterinários e orientadoras de economia doméstica. Também estava prevista neste regimento a criação de escritórios regionais que atendessem diferentes regiões do estado de Minas Gerais.

A UREM já contava com uma boa infraestrutura para o desenvolvimento de suas atividades de extensão em todo o território mineiro, quando começou a atuar juntamente com a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR).

A ACAR resultou de acordo, assinado em 1948, entre o governo estadual mineiro e a American International Association for Economic and Social Development (AIA), entidade filantrópica dirigida por Nelson Rockefeller.

Segundo Oliveira, o surgimento da ACAR representou um marco institucional fundamental para a extensão rural e acabou pondo em prática os ideais de uma nova filosofia de intervenção no campo, agora orientada por princípios educativos (OLIVEIRA, 1987).

Deste modo, além de voltar-se para a oferta de crédito aos trabalhadores agrícolas, a Associação prestaria serviços técnicos, desenvolvidos por agrônomos que visitariam e inspecionariam os pequenos fazendeiros, e por supervisoras domésticas que ensinariam às famílias noções de saneamento, nutrição e pecuicultura. Para tanto vieram dos Estados Unidos especialistas encarregados de treinar o pessoal que seria envolvido neste trabalho.

Posteriormente, a UREM foi assumindo a responsabilidade da formação deste pessoal. Contando com profissionais de outras entidades, a UREM ofereceu cursos que compreendiam o ensino teórico e prático de agricultura, veterinária, administração agrícola e crédito supervisionado e, ainda,

aulas de nutrição, horticultura, puercultura, carpintaria, higiene e saneamento, costura, sociologia, organização de clubes, e até ordenha e direção de jeeps

conforme está registrado no Terceiro Relatório Anual da ACAR.

Neste mesmo Relatório, afirma-se que foram lançados nestes cursos “os alicerces para o estabelecimento de uma escola permanente
de economia doméstica para integrar o currículo de Viçosa” 8.

No início de 1952, a UREMG, em conjunto com a ACAR e o Ministério da Agricultura e outras entidades, como o Instituto de Assuntos Inter-Americanos, Secretarias estaduais de Agricultura e de Saúde, a AIA, os Colégios Americano de Porto Alegre e Bennett do Rio de Janeiro e a Emboassada dos Estados Unidos, realizou, em suas instalações, um curso ministrado por especialistas da ACAR e por docentes da própria UREMG, com duração de sete semanas, voltado para o treinamento de pessoal para atuar na área da Extensão Rural.

No mesmo ano, a UREMG e a ACAR realizaram, em conjunto com a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, serviços intensivos de reabilitação rural em dez municípios da Zona da Mata mineira.

É interessante notar as considerações contidas num documento anterior a 1948, no qual deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, defendendo a transformação da antiga ESAV em universidade rural, propunham a criação de uma Escola Superior de Ciências Domésticas naquela instituição, observando que a guerra, em meados dos anos 1940, as rivalidades entre Estados Unidos e União Soviética foram crescendo de tal modo que o mundo logo passou a viver o fenômeno da Guerra Fria. Na busca de estreitamento com seus aliados, os Estados Unidos anunciaram então o seu apoio a planos de reconstrução nacional, nos países europeus, e programas para o apoio ao desenvolvimento econômico de países da América Latina.

Neste contexto, o Programa de Cooperação Técnica do Governo dos Estados Unidos foi lançado por Truman, tendo em seu bojo o chamado Ponto IV que, voltado para os países latino-americanos, prometia a assistência técnica aos “países amigos”.

Segundo Noam Chomsky, o governo norte-americano preocupava-se, na verdade, com um nacionalismo de tipo novo que então emergia na América Latina, pregando “o aumento da produção para atender às necessidades internas” (CHOMSKY, 1997, p. 74).

Para o autor,

Os Estados Unidos se opunham a isso veementemente, e propuseram uma estratégia econômica para o continente americano, baseada na eliminação de todas as formas de nacionalismo econômico e na insistência em que o desenvolvimento da região fosse “complementar” ao dos Estados Unidos. Isso significaria que os Estados Unidos teriam a indústria e a tecnologia mais avançadas, enquanto os péões na América Latina produziriam alimentos para exportação e se incumbiriam de um certo número de operações mais simples, que estavam ao seu alcance [...] (CHOMSKY, 1997, p.74).

No caso do Brasil, esta estratégia de intervenção sobre o chamado nacionalismo econômico tinha como alvo aquilo que Truman e Eisenhower consideravam “desenvolvimento industrial excessivo”, o qual levava ao temor da possibilidade de um desenvolvimento capaz de

---

8 Idem, p.10.
fazer face às grandes corporações norte-americanas na região ao sul do Equador (CHOMSKY, 1993).

A despeito de tais considerações, não tardaram os vários convênios firmados entre autoridades norte-americanas e as autoridades brasileiras, tanto com aquelas do governo federal quanto com aquelas dos governos estaduais.

Um desses convênios, assinado com o governo de Minas Gerais, em 1951, envolvia a Universidade Rural de Minas Gerais 10, estabelecendo que os norte-americanos desenvolverem projeto em educação e pesquisas agrícolas de conservação de recursos naturais, de fomento da produção agrícola, incluindo o planejamento de armazéns e silos e finalmente, da extensão rural (FONSECA, 1985, p.86,87).

... forneceriam técnicos especializados para trabalharem na UREMG, dando cursos de economia doméstica e de métodos extensivos de agricultura e desenvolvendo trabalho extensivo de agricultura, economia doméstica, nutrição e higiene rural (FONSECA, 1985, p.86).

Contando ainda com o patrocínio do Instituto de Ensino Agrícola de Washington, este convênio foi decisivo para a implementação do curso superior em Economia Doméstica e para a criação do Serviço de Extensão da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

Foi, ainda, em razão dos trabalhos desenvolvidos no bojo deste mesmo convênio, que a Universidade de Viçosa teria sua história irremediavelmente ligada à Universidade de Purdue, a qual, em 1952, enviava para Viçosa Anita Dickson e O. Winks. A primeira, escolhida pela sua experiência com a Extensão Rural nos EUA, vinha com o objetivo de implementar o curso de Economia Doméstica. Já Winks teria a responsabilidade de coordenar o Serviço de Extensão da UREMG.

Em 1953, outro convênio substituíra o anterior. A cooperação agora se dava nos marcos do acordo firmado entre o Ministério da Agricultura do Brasil e a Missão de Operações dos Estados Unidos para a execução de um programa de cooperação agrícola.

Para dar suporte à implementação deste acordo, era então criado o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), que tinha como “função em solo brasileiro ”, entre outras responsabilidades.

Em 1957, o ETA oficializou o Projeto 39, um convênio com a UREMG, a ACAR, a Associação Brasileira de Crédito Agrícola (ABCAR) 11 e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES), que levaria à criação, em 1958, de um Centro de Ensino de Extensão, localizado no campus da UREMG.

Este Centro ministraria, através da Escola Superior de Ciências Domésticas da UREMG, cursos de Extensão Rural, Economia Doméstica e Crédito Rural Supervisionado.

Para Fonseca (1985), o ETA representou, nas diretrizes da extensão rural brasileira, uma nova fase, colocando em vista, além dos seus objetivos específicos, a busca da experimentação empírica, a valorização do tipo de trabalho exercido pelo técnico extensionista, o caráter educativo do trabalho de extensão e a difusão da crença em alternativas comunitárias de autoajuda.

A autora observa que nessa perspectiva, era necessário que os programas de extensão produzissem uma ação educativa capaz de mudar a mentalidade do homem do campo em prol das novas exigências feitas ao setor agrícola pela demanda da economia em seu processo de modernização (FONSECA, 1985).

---

10 Sobre a participação da instituição nos convênios de assistência técnica com entidades norte-americanas, ver Ribeiro (2007).

Além dos convênios mencionados, outros tantos também envolveram a UREM do em atividades de extensão.

Em meados dos anos 1950, impulsionada pelo suporte proveniente dos mesmos, a instituição desenvolvia de forma mais sistemática atividades já iniciadas no período da antiga ESAV, como demonstrações para agricultores em fazendas da região e a organização de feiras e exposições.

Do mesmo modo, a Universidade Rural de Minas Gerais renovava a prática extensionista em Viçosa, procurando organizar associações rurais e realizando novos tipos de eventos como a Semana Ruralista para Padres e a Semana Ruralista para freiras, ambas em 1954, e a Primeira Semana Ruralista Feminina, no ano seguinte.

Ainda em 1954, a UREM ofereceria um curso curto para Demonstradores de Agentes Domésticos da ACAR, outro para mulheres religiosas e outro para pastores, conforme afirma Odemar Resende Pimenta, então Chefe do Serviço de Extensão da Universidade, em carta enviada ao diretor do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Neste período, houve da parte do Serviço de Extensão, grande interesse na divulgação e criação de Cooperativas de Consumo e de Produção na Zona da Mata mineira.

Dando continuidade a uma prática adotada nos tempos da ESAV, a UREM produzia com frequência boletins sobre assuntos diversos, voltados para os agricultores mineiros. Produzia também “circulars” que eram geralmente distribuídas por ocasião da Semana do Fazendeiro.

A partir de meados dos anos 1960, as atividades de extensão da UREM ainda se expandiam significativamente, envolvendo novas unidades da instituição como o recém criado Instituto de Zootecnia, que passava a desenvolver, entre as suas atividades, a programação de cursos rápidos voltados para criadores de animais e líderes rurais.

Este processo de expansão teve seu ápice com a criação de um curso de pós-graduação em extensão na UREM, em 1967 – o Mestrado em Extensão Rural. Desde então o mesmo passaria a receber estudantes de todas as regiões do país.

Vale notar que a partir do início dos anos 1960, todos os convênios que envolviam a UREM com organismos norte-americanos passaram a ser coordenados pela United States Agency for International Development (USAID).

Apontada como instrumento por excelência da infiltração imperialista no Brasil, não por acaso, a USAID envolveria a UREM, no final dos anos 1960, num treinamento técnico desenvolvido para voluntários do Peace Corps, cujas atividades de propagação anticomunista e de defesa do ideário norte-americano foram muitas vezes denunciadas antes do golpe de Estado que, em 1964, levou o Brasil a uma ditadura militar.

O treinamento, realizado no campus da UREM, era destinado a voluntários que então atuavam junto à população rural de pequenas comunidades localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso, e que tentavam ali organizar clubes agrícolas.

Para os rapazes dos Corpos da Paz, o treinamento incluía demonstrações práticas sobre agricultura, horticultura e silvicultura, e para as voluntárias eram feitas demonstrações práticas sobre preparação e conservação de alimentos, além do ensino de corte e costura. Em ambos os casos as atividades eram coordenadas por professores da UREM e por professores da Purdue University.

A despeito da promoção de atividades de extensão que atraiam grupos de todo o país, a UREM privilegiava na sua prática extensionista o público do estado de Minas Gerais, especialmente a população da Zona da Mata mineira. Deste modo, ela realizou, também em parceria com a USAID e a ACAR, cursos para...
feirantes de Viçosa sobre técnicas de produção de hortaliças e outros.

As atividades de extensão rural desenvolvidas pela UREM, ao longo das décadas de 1950 e 1960, não só a projetaram para além das fronteiras de Minas Gerais, mas se constituíram como um dos elementos dinamizadores da vida acadêmica na instituição.

Conjugada ao ensino e à pesquisa, a extensão na UREM contribuiu significativamente para um processo acelerado de modernização, expresso no aparecimento de novos cursos de graduação e pós-graduação, assim como de novas frentes de pesquisa.

Esse processo de modernização, impulsionado, em grande parte, pela extensão, nos leva a pensar que a UREM, buscando no início a sua adaptação funcional às demandas da sociedade, acabou por consolidar a vocação, já demonstrada pela antiga ESAV, de uma universidade de prestação de serviços, antecipando-se a uma tendência mundial seguida pelas universidades no final do século XX.

Já reconhecida nacionalmente como centro de referência da extensão rural no Brasil, a UREM, ao tornar-se, em 1969, Universidade Federal de Viçosa, tinha, assim, a sua reputação consolidada nesta área.

Considerações Finais

A história da extensão universitária no Brasil tem na ESAV um importante marco. Voltada para o ensino prático e para a busca de soluções imediatas para os problemas da agricultura, a instituição começou a difundir, desde os seus primórdios, o conhecimento produzido. Pelo próprio caráter da instituição, sua prática extensionista esteve, todavia, voltada inteiramente para a extensão rural.

A despeito do pioneirismo da ESAV, foi com a UREM que nossa instituição tornou-se referência para a Extensão Rural no país.

A experiência de extensão rural desenvolvida pela UREM não pode ser compreendida senão no contexto do intenso processo de modernização vivido pela agricultura brasileira, a partir do pós-guerra. Por outro lado, não há como ignorar que este processo esteve inserido nos marcos da cooperação bilateral Brasil-Estados Unidos, no mesmo período, constituindo a UREM uma peça chave na estratégia do governo norte-americano de garantir um certo controle sobre a produção de alimentos no Brasil e de assegurar o apoio do nosso governo aos Estados Unidos na batalha da Guerra Fria.

Neste contexto, a extensão rural constituiu um eficiente instrumento para os norte-americanos. Os extensionistas preparados pelos mesmos e imbuídos de seus valores e ideais apresentavam-se às comunidades rurais credenciados como técnicos especializados e difusores do progresso e promotores do bem-estar social.

Garantia-se, assim, o controle de áreas e mercados tradicionais dos EUA e se legitimava a sua pretensa “missão civilizadora”.

Vale notar que o trabalho dos extensionistas contribuiu decisivamente para apaziguar a animosidade de uma população miserável e predominantemente rural, objeto de um trabalho educativo no sentido do seu disciplinamento.
REFERÊNCIAS


UNIVERSIDADE RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Escola Superior de Agricultura. Origem, desenvolvimento, atualidade. Viçosa: Minas Gerais, s/d.

Texto recebido em 19 de fevereiro de 2009.
Texto aprovado em 18 de maio de 2009.